

Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo

A tradição dos comentadores consagrou o termo “perspectivismo” para designar a teoria nietzschiana do conhecimento, geralmente compreendido como um relativismo epistemológico de tipo cético ou sofisticado, segundo o qual as formas de apreensão do mundo variam conforme o ponto de vista. Paralelamente a essa interpretação e solidária a ela, o perspectivismo é visto como um fenomenismo que afirma a impossibilidade de atingirmos a realidade por trás de nossas perspectivas. Por mais que essas características estejam de fato presentes na reflexão nietzschiana, elas não dão conta de um aspecto fundamental: pois a radicalidade do perspectivismo não reside na concepção epistemológica de que o conhecimento varia de acordo com o ponto de vista, mas no saber ontológico de que não existe um ponto de vista exterior ao mundo. Como veremos, essas duas formulações conduzem a conclusões bem diversas.

O termo *perspectiva*, oriundo do vocabulário da arquitetura e das artes plásticas, tem uma inequívoca conotação espacial e visual, como evidenciam as diversas passagens em que Nietzsche estabelece uma analogia entre o conhecimento e a visão. Essa analogia tem antecedentes tão célebres quanto a alegoria da caverna de Platão e a abertura da *Metafísica* de Aristóteles; mas lá onde a tradição sublinha o caráter intelectual da visão, Nietzsche privilegia ao contrário seu caráter espacial e determinado.

A noção de perspectiva sugere inicialmente a idéia de relação ou, mais precisamente, de *relatividade*: um campo de visão só aparece como tal relativamente a um sujeito — ou, se quisermos abstrair as implicações metafísicas do termo, relativamente a *algo* ou *alguém* que olha. Conhecer é “por-se em relação a alguma coisa”², e um conhecimento absoluto é não somente um ideal inatingível na prática como uma contradição em termos.

¹ Professora do Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação da UERJ.

² *La volonté de puissance* I, I, § 175 (trad. Geneviève Bianquis). Observe-se que a palavra latina “spectare”, de onde deriva o termo “perspectiva”, tem como uma de suas acepções precisamente a idéia de “relacionar-se com”.

A noção de perspectiva sugere ainda um recorte ou uma delimitação no campo do saber, pois, ao ocupar uma determinada posição, o observador está por definição excluído das demais. Sem dúvida, um mesmo observador pode ocupar sucessivamente diferentes posições e ter diversas apreensões do mesmo objeto, mas essa operação tem lugar no tempo, o que por si só exclui toda pretensão de síntese. Além disso, por mais abrangente que uma perspectiva possa ser, há pelo menos um ponto que, por definição, dela está excluído: o próprio lugar que a torna possível. A situação do homem com relação ao mundo é assim análoga à do olho com relação ao campo de visão: para que se possa ver, é preciso que algo permaneça daí excluído. Como dirá Wittgenstein, em um contexto não muito diferente da problemática nietzschiana, vemos por intermédio do olho, mas o olho é aquilo que não vemos.³

Em seguida, a noção de um conhecimento perspectivo acarreta a idéia de pluralidade ou de multiplicidade de pontos de vista. O perspectivismo é aquilo “em virtude de que todo centro de força — e não apenas o homem — constrói todo o resto do mundo de seu próprio ponto de vista.”⁴ Este conjunto não pode constituir uma unidade porque envolve perspectivas contraditórias, cuja soma é incongruente.⁵ Dito de outra forma, se o caráter determinado de toda perspectiva exclui a possibilidade de um conhecimento ilimitado, sua multiplicidade exclui toda hipótese de síntese.

A noção de perspectiva sugere ainda uma transformação do objeto em função da posição do sujeito. No vocabulário das artes visuais, a noção envolve a idéia de falsificação: para restituir a imagem do objeto levando em conta o ponto de vista do observador, o artista deve introduzir modificações que visam a neutralizar as eventuais distorções provocadas pela posição do sujeito.⁶ Na apropriação nietzschiana do termo, trata-se antes de uma *conformação* do objeto ao ponto de vista do homem, em função das características de seu aparelho cognitivo. Embora ocorra a Nietzsche referir-se a uma “ilusão perspectivista”⁷, o que está em jogo aqui é menos a idéia de erro do que a idéia de mediação: tudo o que se oferece à consciência humana passa necessariamente pelas formas da nossa percepção e pela estrutura da linguagem, que não podemos transcender. A consciência age assim como uma lente que se interpõe entre o olhar e o mundo.⁸

3 *Carnets 1914-1916*:149-150.

4 *Will to power* § 636.

5 *Idem* § 568.

6 Não é por outro motivo que, no *Sofista*, Platão condena a utilização deste recurso na escultura.

7 *Volonté de puissance* I, 1, § 136.

8 *Gaia ciência*, § 354. Como indica aliás a etimologia do termo, que designa, entre outras coisas, ver através.

Finalmente, e em decorrência deste último aspecto, o perspectivismo acarreta a impossibilidade de transcender nossas perspectivas: não podemos dirigir nosso olhar para o mundo sem ao mesmo tempo submetê-lo a nossos esquemas perceptivos e a nossas projeções antropomórficas. Uma perspectiva é não apenas o que limita nosso campo de visão, mas sobretudo aquilo que o torna possível: pretender suprimi-la para alcançar as coisas “em si mesmas” seria um absurdo comparável a querer suprimir os olhos para ver melhor. Em função disso, se as perspectivas podem infinitamente variar, se multiplicar e se deslocar, elas não podem ser ultrapassadas — da mesma forma que a linha do horizonte, em constante movimento, permanece sempre inalcançável. Como indica um aforismo de *Gaia Ciência*, é inútil pretender saber o que há para além das perspectivas, porque esta investigação, por sua vez, teria lugar no interior de uma perspectiva.⁹

Mas essa metáfora visual pode nos induzir a um equívoco: pois a radicalidade do perspectivismo não reside em afirmar que o conhecimento varia segundo o ponto de vista, e sim em negar a existência de um ponto de vista transcendente que poderia reunir os demais em uma síntese ou totalização, e que seria a única condição pela qual poderíamos conceber uma “coisa em si” para além das perspectivas. Dito de outro modo, o que ele põe em questão não é a possibilidade de *conhecermos* a verdade, mas a existência mesma da verdade, isto é, de um estado de coisas constituído do qual o conhecimento seria a representação mais ou menos exata.

Assim, a metáfora visual é capciosa e não pode ser levada às últimas conseqüências sem nos induzir a um equívoco: pois, no caso da visão, um sujeito e um objeto preexistem à relação que os une e subsistem fora dela. É precisamente essa exterioridade que a razão humana não pode reivindicar: o que quer que seja o mundo, o homem é parte integrante dele e não pode reivindicar a transcendência necessária para instituir-se como sujeito e tomar o mundo como seu objeto. No caso da visão, o sujeito pode percorrer os diversos ângulos e reunir as diferentes imagens do objeto para representá-lo em sua totalidade. Para que houvesse operação semelhante no caso do conhecimento, teria que haver um ponto de vista que não estivesse submetido às condições do tempo e do espaço: algo como uma razão incondicionada, um eu metafísico ou um olhar divino. Na ausência de um tal ponto de vista, é a própria existência que se revela perspectivista. É o que podemos depreender da análise do aforismo 374 de *Gaia Ciência* — denominado “Nosso novo infinito” —, que apresenta uma das formulações centrais do perspectivismo:

9 *Idem*, § 374.

Até onde vai o caráter perspectivo da existência? Possui ela de fato outro caráter? Uma existência sem explicação, sem “razão”, não se torna precisamente uma “irrisão”? E por outro lado, não é qualquer existência essencialmente “a interpretar”? É isso que não podem decidir, como seria necessário, as análises mais zelosas do intelecto, as mais pacientes e minuciosas introspecções: porque o espírito do homem, no decurso dessas análises, não pode deixar de se ver conforme a sua própria perspectiva e só de acordo com ela. Só podemos ver com nossos olhos.¹⁰

A questão que esse aforismo coloca não é a de saber o que há para além das perspectivas, mas a de decidir até onde se estende o perspectivismo da existência — idéia que será retomada em um fragmento póstumo: “Não existe nenhuma coisa em si, nenhum conhecimento absoluto. O caráter perspectivista, ilusório, falsificador é intrínseco à existência”.¹¹ Isso significa que a própria existência é desprovida de toda forma e medida, de todo sentido, valor e finalidade, a não ser os que lhe são atribuídos pelas diferentes perspectivas. Se as perspectivas não encontram jamais um fundo que as suporte, é porque o próprio mundo é destituído de fundamento.

Ora, uma tal formulação coloca em questão não apenas a possibilidade de conhecermos a verdade, mas a existência mesma da verdade. De fato, o relativismo epistemológico não exclui a possibilidade de uma verdade “em si” — verdade ontológica da qual o objeto seria o suporte. Nesse caso, parcial e fragmentada para os diversos sujeitos, a verdade seria dada em sua totalidade pelo próprio objeto. Mas é precisamente essa hipótese que a filosofia nietzschiana recusa: como supor uma verdade *do objeto* sem admitir um olhar que o contempla?

Assim, o perspectivismo não ensina apenas que o mundo admite uma pluralidade de interpretações — o que reduziria a filosofia de Nietzsche a um antropocentrismo e a um relativismo anódinos — nem, como propõe Jean Granier, que “o Ser tem por essência mostrar-se segundo *uma infinidade de pontos de vista*”¹² — interpretação fenomenista que mantém a hipótese de um Ser por trás das aparências. Significa antes que toda e qualquer interpretação tem origem no próprio mundo, sendo assim incapaz de transcendê-lo e determinar a sua “verdade”. Uma vez que se retirou o fundamento metafísico do mundo, retirou-se ao mesmo tempo a distância que poderia separar sujeito e

10 *Idem*, § 374.

11 *Volonté de puissance*, II, III § 591.

12 Granier 1966:314.

objeto, a transcendência que é condição do conhecimento e o solo que poderia fundar essa operação. Essa concepção inteiramente imanente aparece na célebre fórmula contra o positivismo: “não há fatos — apenas interpretações”.¹³ Para compreender essa fórmula em seu sentido mais radical, é preciso tomá-la literalmente. Ela não significa que diante da multiplicidade de interpretações jamais atingiremos a esfera “objetiva” dos fatos; significa que, uma vez que não há um ponto de vista exterior ao mundo, a realidade não se situa “para além” do fato de interpretar e não pode constituir seu fundamento.

Essa negação de um estado de coisas constituído não significa uma espécie de solipsismo ou idealismo cético que recuse uma realidade exterior às representações. Ao afirmar o perspectivismo da existência, o que Nietzsche recusa não é uma instância ontológica, mas a hipótese de uma *duplicação* ontológica: a hipótese de que a realidade aparente seja a expressão de uma essência, de que o fluxo do devir seja a manifestação de um mundo do ser, que a existência sensível seja o desdobramento de uma instância supra-sensível, que as construções perspectivadas sejam a representação de um mundo constituído.

* * *

Assim compreendido, um dos problemas que necessariamente se colocam para essa doutrina é o do seu estatuto ou de sua legitimidade. De fato, como é possível afirmar que todo conhecimento é perspectivo? Contra que pano de fundo poderia ele surgir como tal? Não é preciso pretender estar fora das perspectivas — ou seja, fora da ilusão — para que um tal enunciado seja possível? Ou melhor: o próprio ato de formular tal enunciado não inaugura por si só um espaço exterior à ilusão, terminando assim por contradizer a si mesmo? Deste modo, o perspectivismo põe em cena um paradoxo semelhante ao que se coloca para o cético, pois se todo conhecimento é perspectivo, isso se aplica também àquele que enuncia tal “verdade”, gerando um impasse aparentemente insolúvel.

A grande maioria dos intérpretes pretende resolver esse dilema atribuindo ao pensamento de Nietzsche um estatuto meta-perspectivo. Essa é, por exemplo, a solução proposta por Jean Granier, para quem “a interpretação da interpretação, na medida em que quer compreender a interpretação enquanto tal, não é da mesma ordem que a interpretação primária”.¹⁴ Solução análoga é

13 *Volonté de puissance*, I, II § 133.

14 Granier *op. cit.*:605.

proposta por Gianni Vattimo. Segundo o autor, para impedir que o perspectivismo seja absorvido pelo conjunto das ficções que pretende denunciar, “a única saída, se é que há uma, é se colocar, por um ato de certo modo violento, fora do mundo da ficção estabelecida. É o que Nietzsche designa com a expressão ‘criação de valores’”.¹⁵

Uma tal solução, entretanto, se efetivamente elimina o aspecto paradoxal do perspectivismo, tem o inconveniente de eliminar com isso o próprio perspectivismo — jogando, como se diz, o bebê com a água da banheira. Pois atribuir um caráter meta-perspectivo à reflexão de Nietzsche equivale a admitir a existência de uma perspectiva absoluta e incondicionada, levando assim à completa refutação do perspectivismo. É por isso que Nietzsche recusa explicitamente uma tal solução:

*Para poder fazer uma tal distinção, seria preciso representar o nosso intelecto como afetado por uma natureza contraditória: por um lado, organizado segundo uma visão perspectivista (...); por outro lado, dotado de uma faculdade de conceber esta visão perspectivista como perspectivista, o fenômeno como fenômeno; em outras palavras, acreditando na “realidade” como se ela fosse única e, ao mesmo tempo, capaz de julgar essa crença como uma limitação perspectivista ...*¹⁶

O que Nietzsche recusa aqui é a hipótese de uma exterioridade com relação ao perspectivismo, a suposição de um ponto de vista — análogo nesse sentido a um ponto de vista transcendental — imune às vicissitudes que caracterizam uma perspectiva como tal. Se não dispomos da capacidade de perceber uma crença como tal isso significa que o próprio perspectivismo é uma crença, uma ilusão e uma perspectiva exatamente na mesma medida que as demais.

É igualmente inútil buscar a legitimidade do perspectivismo no fato de que ele admite a coexistência de uma multiplicidade de pontos de vista diferentes. O perspectivismo não implica apenas o caráter parcial ou fragmentário de todo conhecimento (que a soma das perspectivas poderia em tese suprir), mas seu caráter relativo e condicionado — ou seja, *infundado* — o que acarreta necessariamente a impossibilidade da verdade: a soma das perspectivas não produzirá jamais um conhecimento fundado, do mesmo modo que a soma das ilusões é incapaz de produzir a verdade.

Finalmente, não me parece possível argumentar, como faz Sarah Kofman, que a doutrina de Nietzsche escaparia à limitação perspectivista por ser uma

15 Vattimo 1967:211.

16 *Volonté de puissance*, I, I § 167.

ficção que se reconhece como tal.¹⁷ Se o que está em questão é o valor de verdade da doutrina — ou seja, sua pretensão de fundamento —, reconhecê-la como ficção nada altera. Como afirma Nietzsche em um fragmento póstumo, “saber que se erra não suprime o erro”.¹⁸

O equívoco desse tipo de interpretação é a tentativa de salvar o perspectivismo do auto-aniquilamento buscando-lhe a garantia de um fundamento. Assim, Granier critica Nietzsche por não ver que, ao recusar para sua filosofia um estatuto meta-perspectivo, ele “destrói o fundamento de seu próprio discurso”.¹⁹ Mas é justamente aí que reside a radicalidade e o rigor da reflexão de Nietzsche, na medida em que aceita submeter a sua perspectiva ao mesmo critério perspectivista que impõe às demais.

É verdade que toda crítica do conhecimento — como, de resto, toda e qualquer crítica — exige um ponto de vista exterior àquilo que se critica. Essa é uma das objeções que Nietzsche faz a Kant e é um dos problemas que se colocam para o ceticismo. De fato, a dúvida cética exige um ponto fixo a partir do qual se possa duvidar, uma exterioridade com relação àquilo de que se duvida: para que se possa duvidar de tudo é preciso excluir-se desse “tudo”, instituindo assim um ponto imune à dúvida, espécie de meta-perspectiva a partir da qual se pode denunciar o equívoco das demais. O ceticismo pretende denunciar a falácia de todo discurso com exceção do seu próprio — objeção que todo racionalista gosta de evocar.

Entretanto, a atitude que Nietzsche mantém com relação ao conhecimento não é da ordem da dúvida, mas da *suspeita*. Se o cético não pode por em dúvida a atitude cética, a *suspeita*, ao contrário, é passível de ser incluída no conjunto das coisas sob suspeição. Aquele que *suspeita* admite permanecer na incerteza: a própria perspectiva a partir da qual enuncia seus juízos permanece duvidosa. A desconfiança que Nietzsche mantém com relação ao seu próprio pensamento é formulada na descrição do eremita em *Além do Bem e do Mal*:

[Um eremita] duvidará inclusive de que um filósofo possa ter opiniões “verdadeiras e últimas”, e que nele não haja, não tenha de haver, uma caverna mais profunda ainda por trás de cada caverna — um mundo mais amplo, mais rico, mais estranho além da superfície, um abismo atrás de cada chão, cada razão, por baixo de toda “fundamentação”.²⁰

17 Kofman 1972.

18 *Volonté de puissance*, II, III § 582.

19 Granier *op. cit.*:606.

20 *Além do bem e do mal*, § 289.

A questão, entretanto, permanece: para empreender sua crítica do conhecimento, é preciso que Nietzsche disponha de um ponto de partida. Embora anterior à formulação do perspectivismo propriamente dito, uma passagem do *Livro do filósofo* constata essa exigência:

Todo conhecimento é medido de acordo com uma escala. Sem uma escala, quer dizer, sem uma restrição, não há conhecimento. No domínio das formas intelectuais acontece o mesmo se eu interrogar acerca do valor [grifo meu] do conhecimento em geral: devo tomar uma posição qualquer que se situe mais alto, ou que pelo menos seja fixa para servir de escala.²¹

Essa constatação, entretanto, não implica a adoção de uma meta-perspectiva: a singularidade da reflexão de Nietzsche — que constitui a radicalidade de seu pensamento e marca sua diferença tanto com relação ao ceticismo quanto com relação à filosofia crítica — é buscar esse ponto de vista fora do campo epistemológico — a saber, no conceito de *vontade de potência*. Encontramos aqui o deslocamento que a reflexão nietzschiana promove na questão do conhecimento: trata-se de por em questão o valor do conhecimento, e não mais sua verdade. Ou ainda: trata-se da concepção de que o valor do conhecimento não reside em seu teor de verdade, mas em sua capacidade de criar e instituir valores que prescindam dessa “verdade”. É por esse motivo que a crítica de Nietzsche escapa à objeção que habitualmente se levanta contra o ceticismo. O cético pretende ainda dizer a verdade quando afirma que não há verdade, ao passo que Nietzsche recusa até mesmo essa pretensão:

A novidade de nossa posição atual com relação à filosofia é uma convicção que jamais houve: a convicção de que não possuímos a verdade. Todos os homens de antigamente “possuíam a verdade”: mesmo os céticos.²²

Assim, o perspectivismo só pode ser considerado um ceticismo se admitirmos a definição proposta por Hume no *Tratado da natureza humana*: “Um verdadeiro cético suspeitará tanto de suas dúvidas filosóficas quanto de sua convicção filosófica”.²³

21 *O livro do filósofo*, § 99 [grifo meu].

22 *Aurore, fragments posthumes*, 3 (19) § 33.

23 Hume, *A treatise of human nature*, I.IV.VII:273.

Isso significa, portanto, que é preciso renunciar à possibilidade de fundar o perspectivismo. Se a reflexão nietzschiana nada mais é do que uma perspectiva entre outras, revela-se por esse mesmo motivo incapaz de reivindicar sua legitimidade e, com mais razão ainda, incapaz de justificar uma refutação das demais. Dito de outro modo, se o perspectivismo afirma a ausência de fundamentos do conhecimento, não se pode evitar que, segundo a fórmula de John Sallis, “a destruição dos fundamentos destrua os fundamentos da destruição”.²⁴ O perspectivismo permanece impossível de ser fundamentado epistemologicamente e, deste modo, rigorosamente improvável. A partir daí, a questão que se deve colocar é: uma filosofia que não pode fundar a si mesma pode ainda assim ter valor?

A resposta para essa questão pode ser retirada de uma passagem de *Crepúsculo dos ídolos*: “O que precisa ser demonstrado não tem grande valor.”²⁵ Demonstrar equivale a buscar um fundamento, repousar sobre outra coisa que não sobre si mesmo. Inversamente, aquilo que não pode ser demonstrado revela por isso mesmo seu caráter inteiramente afirmativo: não remete a qualquer instância exterior, não recorre a nenhum outro para se legitimar. A filosofia de Nietzsche não pode ser demonstrada porque recusa a existência de qualquer instância capaz de possibilitar tal operação. Mas o mais importante é que ela não precisa ser demonstrada, pois retira sua validade e sua coerência dessa mesma impossibilidade. Nesse sentido, o caráter indemonstrável do perspectivismo, em lugar de comprometer seu valor, é a prova de sua rigorosa coerência.

Constata-se assim que a afinidade entre o perspectivismo e o ceticismo é apenas aparente: o paradoxo do cético é que ele ainda pretende dizer a verdade, acabando por contradizer a si mesmo. O paradoxo do perspectivismo é que ele aceita seu caráter ilusório, contrariando assim aquilo que, na ordem da *doxa*, caracteriza todo discurso: a pretensão à verdade. Dito de outro modo, o problema do ceticismo resulta de que ele pretende se excluir das ilusões que denuncia, ao passo que o problema do perspectivismo deriva justamente do motivo inverso: ao se incluir no conjunto das ilusões que procura descrever, retira seu próprio fundamento. É nesse sentido que se pode compreender esta enigmática afirmação de *Humano, demasiado humano*: “Não preciso de ninguém que me refute: para tanto eu me basto a mim mesmo”.²⁶ Ao contrá-

24 Sallis 1972:17.

25 *Crepúsculo dos ídolos*, “O problema de Sócrates” § 5.

26 *Humain, trop humain*, vol II § 249.

rio do que possa sugerir uma leitura apressada, essa afirmação não remete às “contradições” do texto nietzschiano, indicando diferentes posições que se excluíam mutuamente: se a filosofia de Nietzsche refuta a si mesma é porque, para admiti-la com todo rigor, é preciso renunciar à possibilidade de fundá-la, e aceitar manter-se permanentemente sobre os abismos da suspeita.

* * *

O perspectivismo não constitui um aspecto isolado da filosofia de Nietzsche, mas uma doutrina que se reflete no estatuto mesmo dessa filosofia: denunciando a ausência de fundamento de todo conhecimento, uma tal filosofia não pode reclamar seu próprio fundamento e deve permanecer definitivamente improvável. Ela é constituída pelo *princípio de incerteza* que, segundo Clément Rosset, caracteriza toda filosofia, e que deriva por um lado do fato de que toda doutrina deve coexistir com outras que lhe são antagônicas e, por outro, da própria natureza do discurso filosófico, ciência dos problemas insolúveis.²⁷ Ocorre que, se no caso das filosofias que se pretendem verdadeiras um tal princípio permanece exterior e acidental, incidindo *a posteriori* sobre um sistema já constituído, no caso da filosofia de Nietzsche ele é inerente e constitutivo. Dito de outra forma, a incerteza que caracteriza uma tal filosofia não é apenas uma deficiência de fato, mas de direito.

O perspectivismo é um pensamento do abismo na medida em que concebe a existência como desprovida de fundamento. Mas é também, em consequência, uma filosofia da suspeita, pois nem mesmo esta concepção pode reclamar seu fundamento. A suspeita não é um conhecimento incompleto, que poderia ser complementado e verificado por uma pesquisa mais extensa. Ela tampouco é um conhecimento hipotético, na medida em que uma hipótese, apesar de provisória, deve conduzir a um conhecimento que seja por sua vez definitivo. O que distingue a suspeita da certeza não é nem a quantidade, nem a extensão, nem a precisão de seu conteúdo, mas sua ausência de fundamento: ela deve aceitar permanecer como um *perigoso talvez*.

Entretanto, isto não implica admitir que o pensamento de Nietzsche resulte em um relativismo. Pois se todas as perspectivas são efetivamente ilusórias — isto é, se todas são igualmente infundadas —, elas podem entretanto ser submetidas a uma avaliação quantitativa, que remete ao critério da economia. Todo pensamento que se pretenda verdadeiro pressupõe a existência de

²⁷ Rosset 1988:35.

um mundo verdadeiro, condição de que o perspectivismo prescinde. Sua legitimidade não deve ser buscada em um fundamento que ele próprio se empenhou em abolir, mas no fato de que, renunciando à sua própria verdade, exige menos garantias. É o que sugere um aforismo de *Humano, demasiado humano*: “O que nos distingue dos crentes e dos piedosos não é a qualidade, mas a quantidade de nossa fé e de nossa piedade: nós nos contentamos com menos”.²⁸ Esse critério conduz por sua vez a uma avaliação qualitativa ou prática, que remete às noções de força ou potência: “Uma medida para indicar o grau de força de uma vontade é saber até que ponto podemos prescindir de sentido nas coisas, até que ponto suportamos viver num mundo que não tem sentido”.²⁹ Ao conceber um mundo absolutamente destituído de sentido, a filosofia de Nietzsche pode legitimamente se considerar como o mais perigoso ponto de vista.

Referências bibliográficas

Granier, J. *Le problème de la vérité dans la philosophie de Nietzsche*. Paris: Seuil, 1966.

Hume, D. *A treatise of human nature*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

Nietzsche, F. *Além do bem e do mal*. Tradução de Hermann Pflüger. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

———. *Aurora. Fragments posthumes vol. IV: début 1880/printemps 1881*. Paris: Gallimard, 1977.

———. *Crepúsculo dos ídolos*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

———. *Humain, trop humain*. Tradução de Robert Rovini. Paris: Gallimard, 1981.

———. *O livro do filósofo*. Tradução de Ana Lobo. Porto: Ed. Rés, s/d.

²⁸ *Humain, trop humain*, vol. II, “Opiniões e sentenças” § 98.

²⁹ *Volonté de puissance* § 285.

———. *The will to power*. Tradução de W. Kaufmann & R.J. Hollingdale. Org. W. Kaufmann. New York, Vintage Books, 1967.

———. *La volonté de puissance*. Tradução de Henri Albert. Paris: Le Livre de Poche, 1991.

———. *La volonté de puissance*. Tradução de Geneviève Bianquis. Paris: Gallimard, 1995.

Rosset, C. *Le principe de cruauté*. Paris: Minuit, 1988.

Sallis, J. “Nietzsche’s underworld of truth”. In *Philosophy Today*, vol. 16, 1972.

Vattimo, G. “Nietzsche et la philosophie comme exercice ontologique”. *Cahiers de Royaumont*. Paris: Minuit, 1967.

Wittgenstein, L. *Carnets, 1914-1916*. Paris: Gallimard, 1971.